

Obstinação de Maílson em enquadrar governo só lhe traz problemas

Maurício Correa

BRASÍLIA — Com a preocupação fixa de reduzir os gastos do setor público de 7,6% para 4% do Produto Interno Bruto — já que zerar as contas do Governo é uma espécie de miragem em pleno deserto — o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, volta do Japão com um problema adicional: contornar, dentro da própria máquina governamental, o apetite daqueles que querem gastar mais do que aquilo que o Estado tem condições de aplicar.

Na semana passada, mesmo ausente do país, Maílson da Nóbrega pôde sentir as dificuldades que o cercam, a partir de enorme confusão em torno da caderneta de poupança. Efetivamente, o Ministério da Fazenda examina a possibilidade de criar uma taxa para os juros das cedernetas, como forma de desestimular a participação de especuladores no principal meio de poupança popular.

Desmentido — A imprensa noticiou a intenção. Consultado em Tóquio, Maílson confirmou. Ao mesmo tempo, em Brasília, os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Prisco Viana, da Habitação, desmentiram os jornais e, obviamente, desautorizaram o próprio ministro da Fazenda.

Não foi o primeiro atrito. Há poucos dias, na véspera da sessão da Constituinte que votou a emenda de anistia aos empresários urbanos e produtores rurais, Maílson da Nóbrega ocupou o horário nobre numa cadeia nacional de televisão, explicando que a anistia era intolerável.

Um pouco antes, durante e depois do súbito aparecimento de Maílson nos vídeos, Costa Couto anunciava que o Governo, a qualquer momento, poderia encaminhar um decreto-lei ao Congresso, estabelecendo a anistia por sua própria conta.

Com Maílson no Japão e com uma excursão do presidente Sarney e comitiva à China, Ronaldo Costa Couto conseguiu convencer o ministro interino da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes — um técnico aplicado, mas inexperiente no jogo político — a divulgar uma nota oficial do Ministério que desmentia a questão da poupança.

Maílson, Ximenes e João Batista de Abreu têm as chaves do cofre, e, no fundo da grande confusão, estão as articulações que deram origem aos cinco anos de mandato para Sarney e as eleições municipais deste ano. Como Costa Couto participa das negociações políticas que sustentam Sarney, a colisão com o ministro da Fazenda torna-se inevitável.

Nos gabinetes próximos ao de Maílson, costuma-se ouvir uma frase, quando alguém pergunta pelo preço dos cinco anos: "o problema é de quem votou". Mas, despojado do verniz intelectual e da eloqüência verbal de seus dois antecessores imediatos, o fato é que o atual ministro da Fazenda já deu suficientes exemplos no sentido de que pretende enquadrar o Governo, evitando, ao máximo, que as contas fiquem no vermelho.

Banco do Brasil — Maílson já enfrenta problemas no Nordeste e no Norte, pois não vê com bons olhos a instalação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Além de contrariar os interesses políticos dos governadores das duas regiões, debate-se com um outro dilema, praticamente dentro de casa, que é a aversão da maioria de seus antigos colegas do Banco do Brasil ao seu programa de saneamento financeiro.

Ao se posicionar favoravelmente à privatização do Banco Meridional, levantou a ira do forte lobby gaúcho, principalmente da parte do senador Carlos Chiarelli, presidente da agora influente Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Coincidemente, também na semana passada, Chiarelli liberou à imprensa o texto original do acordo preliminar que Maílson assinou com os bancos credores. Agora Maílson terá que explicar aos senadores uma série de itens acertados com os bancos e que, até agora, eram desconhecidos pelos congressistas.



Prisco Viana



Ronaldo Costa Couto